

# **As fábricas recuperadas e a consciência de classe: uma reflexão sobre o movimento operário latinoamericano no início do Século XXI (Brasil e Argentina).**

Avanço de investigação em curso

GT18: Reestructuración productiva, trabajo y dominación social

Ricardo Colturato Festi

Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor de Sociologia pelo Departamento de Humanas do Colégio Técnico de Limeira, UNICAMP.

## **Resumo:**

Esta apresentação busca analisar o processo de luta dos trabalhadores das fábricas recuperadas no Brasil e na Argentina, em especial o caso da Zanon (Argentina) e da Flaskô (Brasil), na ótica da problemática da constituição da consciência de classe. A particularidade desses processos é que em plena época de ceticismo e pessimismo histórico hegemônicos nos discursos teóricos e políticos das últimas décadas do Século XX, os trabalhadores das fábricas recuperadas provaram, através de suas pequenas experiências, que a classe trabalhadora continua sendo um sujeito social e político importante em nossa sociedade. Esta comunicação apresenta alguns resultados de nossa Dissertação de Mestrado defendida em 2010 na UNICAMP e recentes reflexões que viemos fazendo em nosso Doutorado.

**Palavras Chaves:** fábricas recuperadas, consciência de classe e movimento operário.

## **Apresentação**

O processo de ocupação de fábricas e gestão operária ocorrido em vários países da América Latina durante a primeira década do Século XXI expressou, por um lado, o esgotamento de um ciclo econômico e social baseado nas políticas neoliberais, predominantes nos anos oitenta e noventa, e, por outro, um primeiro retorno da classe trabalhadora no cenário político dessa região depois de anos de ofensiva ideológica e política do capital, recolocando na ordem do dia os debates acerca dos métodos e das estratégias da classe trabalhadora para a sua emancipação. São exemplos ainda bastante pontuais e de pouca abrangência do ponto de vista quantitativo e econômico, mas de enorme impacto na esfera subjetiva. Por menores que possam ter sido essas experiências, a sua riqueza esteve, principalmente, em mostrar que é possível existir uma sociedade gerida pelos trabalhadores.

Nesta comunicação, apresentaremos algumas conclusões e reflexões de nossa pesquisa em andamento sobre duas experiências de gestão operária que ocorreram na Argentina e no Brasil. Uma é a Fasinpat/Zanon, fábrica de cerâmica localizada em Neuquén, na Argentina, ocupada por seus trabalhadores no final de 2001, antes do início das mobilizações que levaram milhões de argentinos às ruas a gritar “que se vayan todos!” e a renúncia do Presidente da República Fernando De la Rúa. Em fevereiro de 2002 tem início a gestão operária dessa fábrica. Uma particularidade de Zanon está no fato de ter sido desenvolvido nos anos anteriores a ocupação uma forte militância de esquerda<sup>1</sup> dentro da

---

<sup>1</sup> Um aspecto em comum entre as duas fábricas é a presença e influência sobre o processo de grupos de tradição trotskistas. Mas enquanto na Flaskô o grupo *O Trabalho*, filiado ao PT, só passou a ter influência sobre os trabalhadores da fábrica com o estourar do conflito, na Zanon “as publicações do PTS, em especial o seu jornal *La Verdad Obrera*, já circulavam entre os operários e, se observarmos bem, a forma discursiva característica dos operários, de suas consignas e de suas próprias publicações: a ‘burocracia’, o ‘operário/a’, a ‘classe trabalhadora’, a ‘patronal’, entre outros, vão configurar as categorias

fábrica que ganhou as eleições da Comissão Interna em 1998 e, depois, o Sindicato dos Ceramistas de Neuquén em 2000.

A fábrica brasileira é a Flaskô, produtora de reservatórios e tonéis plásticos, com endereço na região de Campinas, próxima de São Paulo. O controle operário dessa fábrica brasileira começou em junho de 2003 com a ajuda dos militantes da Cipla e da Interfibra, fábricas de Joinville, Santa Catarina, ocupadas em 1 de novembro de 2002.<sup>2</sup>

## Gestão operária e consciência de classe

As fábricas ocupadas e sob gestão operária nos permitem refletir uma das questões mais espinhosas para a sociologia, a consciência de classe. Analisá-la não significa se limitar a descrever o que os homens pensavam, sentiam e/ou desejavam efetivamente, algo importante para refletir a *práxis* dos sujeitos singulares, mas que leva a uma postura psicologizante ou empiricista quando trabalhamos numa dimensão maior, com grupos, classes ou a sociedade de conjunto. Segundo György Lukács, a consciência de classe se manifesta por uma mediação dialética entre o ser social e a totalidade concreta (LUKÁCS, 2012a), ou seja, não se trata de um indivíduo isolado, mas em sua relação com o conjunto da sociedade ao qual está inserido.

Na teoria marxista, a consciência de classe é um dos debates mais controversos, pois o próprio Marx pouco formulou diretamente sobre isso, deixando algumas passagens ou fragmentos, como esta do *Prefácio à contribuição à crítica da economia política*: “Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência”. Nessa passagem, o autor afirma uma das teses fundadoras do materialismo dialético: o primado da materialidade. Entretanto, esse primado não significa uma determinação primária e absoluta sobre todas as formas da consciência e da ação do ser social, pois, se fosse assim, Marx não teria rompido com uma visão mecanicista que ele tanto criticou no materialismo de Feuerbach.

Lukács, em sua releitura de Marx através da ontologia do ser social, afirmou que:

“... todo âmbito da atividade do ser humano é determinado pela realidade existente em si, ou seja, pelo seu espelhamento na consciência predominante em cada época: essas concepções atuam sobre os diversos conteúdos e formas da práxis humana”. (LUKÁCS, 2012b, 74-75)

Ou seja, o mundo concreto determina em última instância a consciência dos homens, mas a consciência também é capaz de determinar as ações desses mesmos homens. O que o marxismo buscou resolver nessa problemática foi o clássico problema da relação entre *pensamento* e *ser, espírito* e *natureza* (matéria). Segundo o autor húngaro, o que permitiu Marx resolver essa questão foi a sua compreensão ontológica do trabalho para o ser social, dando fundamento histórico e social a materialidade da constituição do Ser e sua consciência:

“... justamente o trabalho constitui a atividade do ser humano na qual um fim efetivamente posto contribui para a efetiva transformação da realidade. O trabalho é inclusive a atividade humana pela qual algo fundamentalmente novo,

---

básicas de que se utilizarão para enquadrar o adversário e para constituir e reforçar a própria identidade ceramista”. (AIZICZON, 2009, 170). Não será propósito dessa comunicação analisar as relações entre os partidos e grupos políticos e as fábricas sob gestão operária. Apenas queremos registrar a fundamental contribuição que tiveram essas organizações em contraposição as análises de autores autonomistas, que simplesmente as eliminaram de suas análises.

<sup>2</sup> Para uma compreensão melhor dos processos de gestão operária nessas fábricas, consultar Raslan (2007), Verago (2011), Festi (2010) e Aiziczon (2009).

realmente novo, pela primeira vez ingressa na realidade”. (LUKÁCS, 2012b, 154)

O fato do ser social ser fundado nas relações que estabelece na sociedade e essas em intercâmbio com a natureza faz com que ele encontre no trabalho o seu modelo de práxis humana. A práxis é uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras. O trabalho humano não é apenas a produção de coisas materiais, mas também a reflexão do *vir-a-ser*. Neste sentido, toda práxis está indubitavelmente ligada ao conhecimento e o trabalho é a fonte originária de toda atividade teórica humana. “Mais do que simples transformação do material, o homem, através do trabalho, imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (ANTUNES, 1980, p. 161).

Portanto, “Marx mostra o homem enquanto produto e agente da sociedade; não há aquela autonomia radical entre sujeito e objeto, mas sim a busca das relações recíprocas entre situação real, objetiva, material, e a ação do sujeito, ação esta de transformação da natureza e sociedade” (ANTUNES, 1980, p 160)<sup>3</sup>. Nesse sentido, a consciência é ao mesmo tempo determinada e determinante em sua interrelação com os complexos da sociedade. Ela possui uma autonomia relativa, ao poder determinar a estrutura econômica – como, por exemplo, a gestão operária ou as transformações materiais proporcionadas por meio da revolução -, ao mesmo tempo em que é determinada pela mesma.

É sob essa definição de consciência de classe que compreendemos os processos de ocupação e controle operário em Zanon e na Flaskô. Como dissemos no início dessa comunicação, esse foi um dos fenômenos mais importantes ocorrido na classe trabalhadora latino-americana neste início de Século. Entretanto, quando observamos sob a ótica da emancipação dos trabalhadores, vemos que esses processos expressaram, contraditoriamente, tanto os avanços como os limites dessa mesma classe. Se, por um lado, foram capazes de responder a um dos maiores ataques do capital contra o trabalho - o fechamento de postos de trabalho - e foram além da simples resistência política e jurídica, iniciando uma gestão fabril sem patrões e gestores, por outro, esbarraram nos limites subjetivos do movimento operário de seu tempo, fragmentado e controlado por diversas formas de burocracias e representantes sindicais que estão longe de pensar uma estratégia de emancipação política; além do mais, esses processos são restritos a um número pequeno de trabalhadores, com pouco impacto sobre a economia capitalista.

Mas essa contradição entre avanços e limites não resultou de uma debilidade programática do movimento em si, mas uma contradição presente no próprio processo real da sociedade do capital e da atual situação da classe trabalhadora, tanto objetiva quanto subjetiva. Ocupar uma fábrica e colocá-la em gestão operária não é o mesmo que superar a sociedade capitalista. As pressões do mercado e do Estado burguês - que insisti em preservar a propriedade privada do patrão e em impedir que essas experiências ganhem dimensões maiores -, impõe a essas lutas uma insegurança permanente que não se pode resolver unicamente pela via econômica ou jurídica, mas preponderantemente política. Por isso que essas fábricas, em especial as duas que estamos destacando, representam o que chamaremos metaforicamente de “barricada política” da luta dos trabalhadores latino-americanos neste início de século XXI. Não significa que foi a única e a mais importante, mas uma de suas mais expressivas, que contou com a solidariedade e aliança de vários setores da sociedade como os estudantes, os sindicalistas, os militantes de organizações políticas, os intelectuais, os artistas etc. o que permitiu com que essas experiências tomassem uma dimensão ainda maior e sobrevivesse em meio a tanta adversidade.

---

<sup>3</sup> A visão dualista, muito comum em algumas vertentes do pensamento sociológico, tende a isolar um desses fatores e sobrepô-lo a todos os outros.

## Totalidade, consciência e estratégia

As gestões operárias permitiram aos trabalhadores envolvidos uma compreensão sobre o processo produtivo e o grau de exploração ao qual eram antes submetidos com o patrão. Os ceramistas de Zanon, por exemplo, relataram que em apenas um mês de produção operária compreenderam o *quantum* de mais valor que lhes extraía o capital. Entretanto, esse entendimento do processo produtivo, sem a existência de patrões e gestores, por meio de uma gestão operária democrática, com assembleias permanentes, não necessariamente os teriam levado a lutar por uma sociedade que superasse a ordem do capital, pois a experiência de uma gestão operária não garante uma compreensão da totalidade concreta por parte dos trabalhadores envolvidos. Entre uma gestão operária da produção de uma unidade fabril a uma sociedade pós-capitalista há inúmeras mediações, muitas de grandeza política (ou seja, subjetiva). Basta olhar aquelas fábricas recuperadas na Argentina que se limitou a garantir a produção e o emprego de seus trabalhadores constituindo cooperativas de produção.

A criação de cooperativas de produção não foi apenas uma imposição das circunstâncias e uma tática de sobrevivência, como em Zanon e outras fábricas. Muitas empresas recuperadas optaram por um caminho de não enfrentamento com o capital e o Estado, seguindo um via legal (e, em alguns casos, contando com o incentivo dos governos). A opção de criar uma cooperativa para “legalizar” o processo foi a via escolhida por essas fábricas. Com isso, acreditavam que resolveriam o problema da instabilidade de seus empregos, pois uma fábrica ocupada está constantemente sujeita a uma ação de desalojamento a pedido dos credores ou dos antigos patrões. No entanto, esse caminho deixou para os novos cooperativados a responsabilidade sobre qualquer crise econômica que a fábrica viesse a enfrentar.

O surgimento dessas cooperativas de produção recolocou em destaque algumas teses desenvolvidas no último quarto do Século passado acerca das estratégias de transformação social num mundo cada vez mais cético com as formas de revolução da primeira metade do Século XX. Dentre essas diversas teses, queremos destacar a assim chamada “Economia Solidária” ou “Economia Social”, que tem no brasileiro Paul Singer um de seus principais intelectuais, e a estratégia de John Holloway de “mudar o mundo sem tomar o poder”. Como a própria consigna deste autor deixa clara, o que há em comum entre essas e outras muitas teses formulado ao longo do período neoliberal é uma crença de que é possível haver um rompimento radical com a ordem estabelecida, revolucionando as relações sociais, sem a necessidade de uma “tomada do poder”.

A Economia Solidária de Singer propõe um “novo” caminho para a revolução socialista. Como parte de um balanço do fracasso da URSS, o autor critica Marx e Engels por seu suposto estatismo (um projeto de tomada do poder estatal), que teria desencadeado toda uma fórmula de fazer a revolução política no século XX em que o político (a tomada do poder) seria colocado à frente do social. Para Singer, “a essência do socialismo, enquanto modo de produção, é a organização democrática da produção e consumo, em que produtores e consumidores livremente associados repartem de maneira igualitária os ônus e os ganhos do trabalho e da inversão, os deveres e direitos enquanto membros de cooperativas de produção e/ou consumo...” (SINGER, 1998, 9). O socialismo, enquanto modo de produção, teria que ser desenvolvido ainda sob a hegemonia do capitalismo, ou seja, como um modo de produção subordinado, integrando a formação social capitalista. Trata-se de revolucionar as relações sociais de produção, criando-se progressivamente uma economia solidária entre as pessoas.

“como estamos longe de ter no mundo formações sociais em que o modo socialista seja hegemônico, a implantação de cooperativas e outras instituições de cunho socialista é um processo que poderá ou não desembocar numa revolução social socialista. *Trata-se, portanto, de uma revolução social em potencial, cuja culminação ou vitória é uma possibilidade futura*”. (SINGER, 1998, 12)

Além de Singer simplificar toda a complexa e ampla discussão sobre o Estado e a revolução da tradição marxista, ele acaba por eliminar a dialética entre a revolução social e a revolução política, que para Marx nunca foram processos separados. Em sua polêmica contra Proudhon, deixou claro que:

“não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social. Somente numa ordem de coisas em que não existem mais classes e antagonismos entre classes as *evoluções sociais* deixarão de ser *revoluções políticas*”. (MARX, 1989, 160)

Vale destacar que o revolucionário alemão reconhecia a importância das cooperativas, sobretudo as de produção, por acreditar que elas evidenciavam ao mesmo tempo o caráter parasitário da classe capitalista e a capacidade dos trabalhadores de tomarem as rédeas de sua própria história. Entretanto, Marx compreendia as cooperativas enquanto um momento da luta, como processos transitórios, que não poderiam existir em longo prazo sem sucumbir à lógica do capital (MARX, s/d).

As concepções de Singer, assim como a de Holloway, que abordaremos logo mais, germinaram num cenário de debilitamento dos movimentos operários, de crise do marxismo e de ofensiva ideológica do capital contra qualquer projeto de sua negação. É o mesmo cenário que as concepções denominadas de “pós-modernas” floresceram, ganhando um peso relativo dentro de vários movimentos sociais.

O “pós-modernismo” implicaria uma rejeição categórica do conhecimento “totalizante” e de valores “universalistas” – incluindo as concepções ocidentais de “racionalidade” e as idéias gerais de igualdade (sejam elas liberais ou socialistas) e, sobretudo, a concepção marxiana de emancipação humana (WOOD, 1990). O “pós-moderno” rejeita a historicidade e a luta de classes. Segundo Bensaïd,

“O discurso da pós-modernidade concilia o gosto do acontecimento sem história, simples *happening* sem passado nem futuro, com o gosto pela fluidez sem crise, pela continuidade sem ruptura, pelo movimento sem objetivo. Em sua retórica da resignação, a destruição do futuro atinge o grau zero da estratégia: viver o momento, sem no entanto desfrutá-lo sem entraves! Os arautos do futuro que desencanta contentam-se sem pregar um ‘comunismo do já’, concebido como um ‘movimento gradual, permanente, sempre inacabado que inclui momentos de choques e rupturas’ (Pierre Zarka). Eles propõem ‘um novo conceito de revolução’, um ‘revolucionamento sem revolução’, uma evolução revolucionária, ou ainda uma ‘ultrapassagem sem demora’, em uma imediatividade fora do tempo.” (BENSAÏD, 2008, 29)

John Holloway (2002, 2003), inspirado nas experiências dos zapatistas do México, também buscou conceituar um novo caminho para a revolução social diferente das experiências vividas no Século XX. Numa espécie de “socialismo libertário”, anti-estatismo, Holloway acaba por simplificar, assim como Singer, o debate sobre o Estado no marxismo e por colocar um sinal de igual entre estalinismo, marxismo e bolchevismo<sup>4</sup>. Ao invés de levá-lo a respostas corretas, esse caminho o coloca num beco sem saída.

Para o autor, o fundamento das lutas pós-maio de 68 seria o combate ao *trabalho abstrato*, o *trabalho alienado*, o *fetichismo* – o coração do capitalismo, segundo sua visão. O capital roubaria o “poder fazer”, o “poder criativo” da população, impondo-lhe um poder-instrumental que divide o feito

<sup>4</sup> Não é possível entrar nessa importante polêmica nesse texto, apenas queremos nos posicionar afirmando que não concordamos com esse sinal de igual entre o período do bolchevismo de Lenin e Trotsky, os primeiros anos de constituição da União Soviética e o “Terminador” que representou a ascensão de Stalin e o stalinismo.

e o fazer. A revolução ou a rebeldia social não seria um projeto de tomada do poder, mas o preenchimento de positividade no *fazer* através de espaços autônomos ou das cooperativas, numa luta incessante contra o trabalho abstrato.

“O que significa isso? Só pode significar uma multiplicidade de lutas que parte do particular, da criação de espaços ou momentos nos quais tratamos de viver agora a sociedade que queremos criar. Isto significa a criação de fendas no sistema de mando capitalista, de momentos ou espaços nos quais dizemos: ‘não, aqui neste espaço, neste momento, não vamos a fazer o que o capital nos exige, vamos a fazer o que nós consideramos necessário ou desejável.’” (HOLLOWAY, 2008, 50).

Trabalhamos com a concepção marxiana de que o trabalho mostra-se como momento fundante da realização do ser social, condição *sine qua non* para a sua existência e sua humanização.<sup>5</sup> Conceber o trabalho desde este ponto de vista não significa atribuir-lhe uma condição ahistórica. A crítica de Marx ao trabalho no capitalismo é justamente pelo fato dele ter se tornado uma fonte de desumanização. Não a toa, em *O Capital*, o autor nos apresenta o duplo caráter do trabalho, que ele definirá como *trabalho concreto* (produtor de valores de uso, necessidades vitais para a reprodução do ser social) e o *trabalho abstrato* (o trabalho que se torna *estranhado*).

Estamos de acordo com Holloway sobre a necessidade de combater e superar o *trabalho abstrato*, mas não concordamos que seja possível aboli-lo sem uma transformação da totalidade da sociedade, ou seja, sem a superação da produção do valor e da lógica de acumulação do capital, assim como das suas formas supraestruturais, que se manifestam em escala global. É a perda da compreensão da totalidade que faz com que tanto Holloway quanto Singer caiam em análises unilaterais, muito próximas, nesse sentido, das concepções pós-modernas.

Como descreveu Marx (2004) nos *Manuscritos de 1844*, o estranhamento do trabalhador tem origem no processo de produção capitalista, mas se retroalimenta em vários níveis da sociedade. Nesse processo, os indivíduos se coisificam, perdem a sua humanização, tornam-se uma mercadoria, um ser estranho a ele mesmo. O produto do trabalho no capitalismo aparece para o trabalhador como um ser alheio a ele. O trabalho se resume a uma forma de degradação do indivíduo no interior da lógica de exploração do capital.

Isso nos leva a muitas questões sobre as experiências analisadas de gestão operária e a problemática da consciência de classe. Dentre inúmeras perguntas que não teremos como desenvolvê-las aqui, a mais pertinente nos parece esta: teria as fábricas sob gestão operária, como a Flaskô e a Zanon, superado o trabalho estranhado, pelo fato dos trabalhadores ter tomando em suas mãos a produção?

Nossa resposta é negativa, por entendermos que o processo de trabalho do qual se refere Marx em *O Capital* deve ser compreendido na sua forma isolada e abstrata. Não se pode confundir o modo de exposição de Marx, que vai do “abstrato ao concreto”, com a realidade caótica constituída por um complexo de complexos. Ou seja, que cada particular, como são os casos das fábricas sob controle operário, possui a sua complexidade no interior de um complexo universal. Nesse sentido, as interrelações entre as partes são fundamentais para se compreender as partes. Por exemplo, a extração de mais valor nessas fábricas não deixou de existir pelo fato dos trabalhadores terem expulsado a figura do patrão e do gestor. A extração do mais valor, o tempo de trabalho de cada trabalhador que é apropriado de forma privada pelos capitalistas, continua ocorrendo a partir de outras esferas da

---

<sup>5</sup> Cf. Marx, “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana”. (MARX, 1983, 50)

produção e da distribuição, pois o sistema é global. Assim como o mais valor continua existindo nessas fábricas recuperadas, os seus produtos continuam sendo mercadorias.

Por isso que para nós, a superação do trabalho abstrato e estranhado só pode ocorrer com a superação do modo de produção capitalista.

Mas não podemos negar que nessas fábricas sob controle operário a relação que o trabalhador estabelece com o seu trabalho é completamente diferente de uma fábrica “normal”. Há uma autonomia relativa dos trabalhadores quanto as decisões internas da fábrica. Em muitos momentos os trabalhadores da Zanon e da Flaskô puderam decidir em suas respectivas assembléias, diante de um aumento do lucro da empresa, se aumentariam seus salários ou se contratariam mais trabalhadores. Também puderam decidir sobre a forma de gestão da fábrica e a jornada de trabalho, diminuindo-a em relação aos tempos da ditadura patronal.

Porém, é uma autonomia relativa já que o sistema global do capital continua a interferir no interior dessas fábricas. Os efeitos negativos mais evidentes dessa relação são provocados pelos períodos de crise econômica capitalista, que obrigam os trabalhadores a diminuírem os seus salários ou aumentarem os ritmos da produção. Justamente fatores como esse fazem com que a Zanon e a Flaskô justifiquem a sua bandeira de estatização sob controle operário, pois o Estado garantiria a estabilidade dos empregos e salários frente a momento hostis a empreendimentos como esses.

O estranhamento, nesse sentido, não deixa de existir numa fábrica sob gestão operária, apesar de ocorrer uma mudança qualitativa, difícil de medir em termos quantitativos. O trabalho passa a ser um momento de identidade. É um passo contra a reificação, mas não a sua superação. Entretanto, a diferença qualitativa se evidencia no papel que o trabalhador passa a assumir no interior dessas fábricas - na gestão e decisão sobre a produção, na criação de normas internas etc. -, mas, principalmente, na consciência que passa a ter sobre o papel dessa fábrica em meio ao capitalismo contemporâneo. Por isso que acreditamos que o mais importante dessas experiências está na combinação da gestão operária com sua política classista. Nesse sentido que caracterizamos as fábricas Zanon e Flaskô como “barricadas políticas” ou “fábricas militantes” (como preferem os ceramistas argentinos), pois ao mesmo tempo em que os trabalhadores produzem as condições materiais para a sua reprodução social, produzem também as condições subjetivas para darem continuidade a luta pela emancipação de toda a sua classe. Ou seja, essas “barricadas” contem os germes da revolução social e política.<sup>6</sup>

## À guisa de conclusão

Há uma diferença substancial entre o processo de ocupação e gestão operária ocorrida em Zanon na Argentina com o da Flaskô no Brasil. Já no primeiro, houve de fato um fenômeno social e político de ocupações de fábricas e gestões operárias num contexto em que a nação estava mergulhada numa profunda crise social e política. No Brasil, a experiência ocorreu em algumas fábricas pontuais. Diferente do país vizinho, os brasileiros não passaram por uma bancarrota econômica, social e política do modelo neoliberal, apesar de profundos efeitos negativos sobre os trabalhadores como os altíssimos índices de desemprego, a retirada de direitos e o aumento da miséria. A insatisfação com esse modelo não levou o Brasil a uma convulsão social como na Argentina, mas a uma mudança significativa através das urnas elegendo Luis Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) para a Presidência da República. Os protestos de 2001/2002 na Argentina deram as empresas ocupadas uma dimensão ainda maior.

---

<sup>6</sup> Como observamos numa nota no início do texto, não é nosso objetivo analisar a relação entre os partido de esquerda e as gestões operárias, mas vale destacar que essas experiências também demonstram que a vitalidade do marxismo não está apenas na sua espetacular contribuição teórica para a análise do mundo moderno e capitalista, mas também, e fundamentalmente, porque se mantém enquanto um guia para a ação dos trabalhadores.

Nos dois países, a partir de 2003, houve um giro da política econômica realizado pelos governos de Lula e Dilma e de Nestor Kirchner e Cristina Fernández. Simplificando, podemos dizer que o comum entre eles foi optar por uma política baseada no investimento econômico (industrial), no saldo positivo do comércio exterior e no aumento do consumo interno, combinados com uma política de transferência de renda para os setores mais miseráveis e de aumento de renda para os trabalhadores ocupados. Com essa política, buscaram consolidar uma “paz social”, possível devido ao significativo crescimento da economia desses países, impulsionados pelo aquecimento da economia internacional entre 2003 e 2007.<sup>7</sup>

Entretanto, essa “paz social” se consolidou de forma diferente entre os dois países – nisso talvez esteja uma diferença qualitativa dentre o que se chama de “kichnerismo” e de “lulismo”. Para que essa política de conciliação entre as classes antagônicas ocorresse, por meio de uma cooptação através de concessões de certos direitos e de aumento dos salários, foi necessário um controle sobre o movimento sindical. No caso da Argentina, este controle se operou através de uma renovação do “peronismo” e do aumento da força política de velhos burocratas sindicais. No Brasil, os sindicatos e os movimentos sindicais eram dirigidos por partidos que apoiaram ou vieram a apoiar o governo de Lula e de Dilma.<sup>8</sup> Por isso que talvez o grau de tensão e rompimento entre governo e movimento operário tenha sido de forma diferente entre esses países.

Tanto no Brasil quanto na Argentina, o crescimento econômico produziu uma radical diminuição das taxas de desemprego, que proporcionou uma recomposição objetiva da classe trabalhadora. Entretanto, a criação de novos postos de trabalho nesses países se deram sem uma reversão da precarização, flexibilização, fragmentação e reestruturação do período neoliberal. Ao contrário do discurso oficial sobre o surgimento de uma “nova” classe média, o que vimos crescer foi uma “nova” classe operária, fortalecendo os setores tradicionais e concentrados, mas principalmente crescendo os setores mais precários. É nesse setor que a capacidade de cooptação do governo tem se mostrado mais frágil.

Enquanto terminávamos de escrever essa comunicação explodia em todo Brasil as mobilizações de rua com forte peso de jovens e estudantes. Ainda é cedo para avaliar as consequências desses protestos na esfera política e na consciência de classe, mas queremos destacar que o importante grau de questionamento as políticas governamentais e ao regime político. Nessas mobilizações a classe trabalhadora e o movimento operário ainda era ultra-minoritário, pelo controle que as burocracias sindicais impõem sobre eles e o efeito que ainda tem as políticas do PT nesses últimos 10 anos de governo. Entretanto, vale destacar que esse conflito entre uma realidade real e a realidade propagandeada pelos marqueteiros políticos já tinha sido deflagrado nas lutas dos setores mais precários do Brasil, como em Jirau – um canteiro de obras do Plano de Aceleração do Crescimento, onde centenas de operários da construção civil se insurgiram contra as péssimas condições de trabalho e moradia. Na Argentina, também os importantes setores de trabalho precário entraram em conflito com o capital e o governo.

Diferente de 2001/2002, quando começou esse recente fenômeno de ocupação de fábricas e a classe trabalhadora estava profundamente atingida com o desemprego, hoje, mais de dez anos depois, a classe trabalhadora não só encontra-se empregada, sindicalizada e fortalecida objetivamente, como tem nas fábricas sob controle operário um exemplo de luta. A grande questão é saber se a crise de subjetividade que ainda passa será superada por uma perspectiva anticapitalista.

---

<sup>7</sup> Entendemos por “paz social” uma política de conciliação entre as classes antagônicas. Entre 2003 e 2011, o crescimento em média desses países foram ao redor de 8%, salvo o ano de 2009.

<sup>8</sup> Estamos nos referindo ao PT e o PCdoB, que parte significativa do sindicalismo através da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT); ao PDT, partido que controla a Força Sindical; e também aos movimentos sociais como o Movimento Sem Terra (MST).



## Bibliografia

- RASLAN, Felipe. *Resistindo com classe: o caso da ocupação da Flaskô*. Campinas, UNICAMP, 2007. 196 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- FESTI, Ricardo C. *Zanon, fábrica sem patrão: um debate sobre o classismo e o controle operário na vanguarda operária*. Campinas, UNICAMP, 2010. 165 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- AIZICZON, Fernando. *Zanon, una experiencia de lucha obrera*. Buenos Aires: Herramienta, 2009.
- VERAGP. Josiane L. *Fábricas ocupadas e controle operário: Brasil e Argentina. Os casos Cipla, Interfibra, Flaskô e Zanon*. Sumaré, SP: Edições CEMOP, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80)*. São Paulo: Ensaio : Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. “Algumas questões preliminares sobre a consciência de classe do operariado brasileiro”, In: *Temas de Ciências Humanas*, n. 9. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1980.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2012b.
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.
- MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1989.
- MARX, Karl. “Crítica ao programa de Gotha”, In: *Obras Escolhidas*, vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d
- BENSAÏD, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2008.
- HOLLOWAY, John. “¡Que se vayan todos!”, In: *Herramienta*, n. 20, Buenos Aires, inverno de 2002.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MARX, Karl. *O Capital*. Vol 1, Livro I. São Paulo: Ed. Abril, 1983.
- MARX, Karl. *Manuscritos económico-filosóficos*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.